

---

# Outro humanitarismo do Abraço Cultural: curso de línguas com abordagem antirracista\*

Mirian Alves de Souza<sup>1</sup>

Mohammed El Jazouli<sup>2</sup>

Sylvia Koberwa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta a abordagem antirracista de professores e professoras refugiadas no Brasil, a partir da experiência de um outro humanitarismo do Abraço Cultural, curso de idiomas no Rio de Janeiro e São Paulo. A metodologia utilizada foi a etnografia, baseada em observação participante. O texto realça a contribuição de Barracoon de Zora Hurston para a antropologia da migração forçada e mostra o papel da literatura contemporânea do Sul Global para uma abordagem antirracista. Os resultados da pesquisa sugerem que a etnografia deve ater-se ao cotidiano para reconhecer a agência no ordinário. As narrativas apresentadas mostram uma enorme capacidade de agência de professores do Abraço ao refazerem suas vidas no exílio.

**Palavras chave:** humanitarismo; antirracismo; refúgio; Abraço Cultural.

---

\* Este artigo é resultado de projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ (bolsa JCNE) e CAPES (bolsa de mestrado do INEAC-INCT /UFF).

1 Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio, do Refugee Outreach & Research Network e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos.

2 Graduado em Marketing pelo Institut Marocain de Management. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de idiomas Abraço Cultural.

3 Graduada em Administração e Serviço Social na Kampala International University. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Professora do curso de idiomas Abraço Cultural.

## **Other humanitarianism of the Abraço Cultural: language course with an anti-racist approach**

**Abstract:** This article presents the anti-racist approach of refugee teachers in Brazil, based on the other humanitarianism of the Abraço Cultural, a language course (Rio de Janeiro and São Paulo). The methodology used was ethnography, based on participant observation. The text highlights Barracoon's (Hurston, 2018) contribution to the anthropology of forced migration and refugee studies and the role of contemporary Global South literature for an anti-racist approach. The research results suggest that ethnography must focus on everyday life in order to recognize agency in the ordinary. The narratives presented show an enormous capacity for agency of teachers of Abraço as they remake their lives in exile.

**Keywords:** humanitarianism; anti-racism; refuge; Abraço Cultural.

.....

## **Introdução: Barracoon da antropóloga Zora Hurston como inspiração**

Zora Hurston, ainda na década de 1930, oferece uma perspectiva crítica sobre as exclusões raciais, o colonialismo e a migração forçada. Em *“Barracoon: The Story of the Last Black Cargo”* (Barracão: A História da Última Carga Negra), Hurston apresenta a história de Oluale Kossula (1841-1935). Com 19 anos, Kossula foi arrancado de sua cidade, Bantè, Benin, e através de uma longa jornada levado aos Estados Unidos, onde morreu no Alabama com o nome de Cudjo Lewis. Kossula foi vítima da migração forçada que deslocou milhares de africanos e não viu o fim das Leis Jim Crow<sup>4</sup>. Quando estava viúvo, com mais de oitenta anos, e já tinha perdido todos os seus filhos, Kossula encontrou em Zora Hurston uma escuta engajada. Durante três meses, Hurston o entrevistou.

Hurston (2018) defendia a importância de narrativas sobre as comunidades afro-americanas e da diáspora negra que enfatizassem o seu cotidiano, suas paixões artísticas, seus relacionamentos afetivos e amorosos, assim como suas hierarquias de poder e diversidade (por que não falar da elite e da classe média negras?). *Barracoon* apresenta a narrativa de Kossula para além de uma história superficial sobre sua condição de última “carga”. Hurston descreve as angústias

<sup>4</sup> Jim Crow se refere ao sistema social que se desenvolveu nos Estados Unidos depois da Guerra Civil. Jim Crow é o nome de um personagem teatral utilizado para estereotipar pessoas negras como sub-humanas, preguiçosas, ridículas e sem valor. Em 1896, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em Plessy v. Ferguson sancionaria Jim Crow. A decisão manteve a doutrina de “separados, mas iguais”, normatizando a segregação de raças em espaços públicos e efetivamente deu início à segregação na lei na sociedade americana (HURSTON, 2018, p. 245-246).

de um homem que foi arrancado de seu mundo, de sua família, de suas palavras, e enviado como uma “carga” para outro continente, passando por uma série de experiências traumáticas, como as que começaram no *barracoon*<sup>5</sup>, ainda no continente africano. *Barracoon*, entretanto, descreve sobretudo o cotidiano de Kossula, os eventos que ele considerava mais relevantes, como a sua vida familiar em Bantè, a cultura yorubá, o valor do seu trabalho expropriado em uma fazenda do Sul, sua alegria com a liberdade, sua revolta por uma emancipação sem reparação econômica, seu aprendizado em relação às leis, a conquista de suas terras (e a formação da Africatown), suas orações na igreja batista, seu casamento com Abile Lewis e as memórias da vida e morte dos seis filhos.

*Barracoon*, escrito na década de 1930, mas somente publicado em 2018, oferece uma enorme contribuição para o campo da antropologia da migração forçada. Hurston não revitimiza Kossula com a exposição e repetição de narrativas de sofrimento e dor. *Barracoon* não simplifica a complexa existência de Kossula aos traumas e violência da despossessão. O deslocamento forçado e a vida no exílio<sup>6</sup> são apresentados em um quadro que compreende outros muitos aspectos da história de Kossula. O livro dá centralidade aos “eventos” do seu cotidiano, marcado pelo exercício persistente de refazer a própria vida.

A produção antropológica contemporânea tem enfatizado a importância do cotidiano e da atenção aos detalhes sociais do dia a dia que constituem grandes “eventos” para as pessoas comuns (HERZFELD, 2009, p. 171). Em *Life and Words* (Vida e palavras), baseando-se sobretudo nas caóticas consequências de dois momentos nacionais na história da Índia, a partição do subcontinente em 1947 e o assassinato de Indira Gandhi por seu guarda costas em 1984, Veena Das (2007) focaliza os “eventos” do cotidiano. Das argumenta que seu interesse não é descrever os momentos de horror, mas sim explorar o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória de tais eventos é dobrada em relacionamentos contínuos. Para Das (2007, p. 8), é preciso reconhecer a “agência dos sujeitos não apenas em atos heróicos e no extraordinário, mas na descida ao cotidiano”. As interlocutoras de Das, mulheres que vivenciam uma vida de violências, são agentes, porque possuem uma enorme capacidade de “juntar pedaços e viver no próprio lugar da devastação”.

---

5 A palavra *barracoon* refere-se aos espaços nos quais as pessoas capturadas eram mantidas na costa africana antes de serem embarcadas nos navios.

6 Diante da liberdade sem indenização, Kossula não teve escolha a não ser ficar nos Estados Unidos.

As práticas do dia a dia de pessoas que sobreviveram a eventos traumáticos e cujos mundos sociais foram virados de cabeça para baixo pelo deslocamento e pela violência apontam formas de agência que consistem em uma “descida ao cotidiano” (BILLAUD e DELAURI, 2016, p. 64). Das identifica como a descida ao cotidiano o processo pelo qual os indivíduos refazem a vida. A noção de agência que desenvolvemos tem a ver com uma atenção ao ordinário, opondo-se a uma fuga do comum (DAS, 2007).

Construímos este texto inspirados na leitura de *Barracoon* de Zora Hurston. Por isso, optamos por uma estrutura narrativa que busca realçar a agência de nossas interlocutoras e interlocutores ao refazerem suas vidas. Elas e eles estão envolvidos em iniciativas que demonstram uma agência significativa em sua capacidade para superar os obstáculos que enfrentam (como racismo, desemprego, acesso a saúde, educação, moradia e processos legais) desafiando a percepção de que não atuam em sua própria “ajuda”.

Malkki (1995) e Harrell-Bond (2002) questionam a reprodução de discursos e imagens padronizados sobre os refugiados, os quais os caracterizam como “meras vítimas”, “puramente humanos”, “corpos feridos amontoados sem história ou identidade” ou como “um tipo generalizado e idealizado”. O efeito da universalização de grupos deslocados particulares na categoria “vítima humanitária”, “refugiado” e o seu tratamento como apenas “humano”, argumentam as autoras, tem sido, justamente, a desistoricização, a despolitização e o consequente silenciamento desses sujeitos.

Pacitto e Fiddian-Qasmieh (2013), Bauer-Amim (2017), Carpi (2020), e Souza e Manfrinato (2020) questionam a imagem das pessoas refugiadas como “corpos que precisam ser salvos”, pessoas completamente necessitadas e desesperadas, mostrando seus esforços individuais e coletivos para o acesso a direitos. Os estudos acima mencionados mostram que a condição de vítima não deve obscurecer a capacidade de agência dos sujeitos face aos seus desafios cotidianos. Pacitto e Fiddian-Qasmieh (2013) desenvolveram o conceito de outro humanitarismo (“*other*” *humanitarianism*) para se referir a respostas humanitárias do Sul Global baseadas nas evidências empíricas de que refugiados ajudam outros refugiados e são atores centrais nos seus próprios processos de integração local. A partir de sua experiência de campo com refugiados na Áustria, que são responsáveis pelo “acolhimento” de outros refugiados, Bauer-Amin (2017, p.128) argumenta que mesmo sendo vítimas de perseguições, violências e muito mais, os seus in-

terlocutores preferiam ser reconhecidos como agentes de suas próprias vidas. Souza (2020, p. 73) descreve que sua interlocutora síria-palestina não apenas criticava a retórica humanitária de salvação como também insistia para que os trabalhadores humanitários atendessem suas demandas concretas na cidade de São Paulo.

Os dados que apresentamos aqui contribuem para essa perspectiva crítica, que questiona visões monolíticas sobre as vítimas de deslocamentos forçados. Este artigo explora o papel dos próprios refugiados na busca de seus direitos, atuando no campo do ensino de línguas com uma abordagem antirracista. O texto pretende contribuir para a produção bibliográfica que rompe com o silenciamento imposto a pessoas refugiadas como autores e agentes de suas próprias vidas (HARRELL-BOND, 1986; MALKKI, 1995; PACITTO e FIDDIAN-QASMIEH, 2013; BAUER-AMIN, 2017; SOUZA e MANFRINATO, 2020; ADI et al, 2021).

O texto está dividido em cinco partes. A próxima parte é sobre a metodologia utilizada, baseada na etnografia, com trabalho de campo no Abraço Cultural. A terceira parte descreve o outro humanitarismo do Abraço Cultural e sua diferença em relação ao campo humanitário brasileiro. A quarta parte explora a abordagem antirracista de três professores do Abraço Cultural e o papel da literatura do Sul Global em suas aulas. Por último, nas considerações finais, realçamos a importância do livro *Barracoön* para a antropologia da migração forçada e enfatizamos nosso interesse em tornar mais visível a abordagem antirracista de professores do Abraço e seu outro humanitarismo.

### **Metodologia: etnografia e trabalho de campo no Abraço Cultural**

Este texto é resultado de um projeto de pesquisa, que focaliza a experiência do Abraço Cultural (doravante AC), descrevendo suas características de um outro humanitarismo do Sul Global (Pacitto e Fiddian-Qasmie, 2013). A pesquisa que realizamos dá visibilidade a uma organização humanitária e curso de idiomas com abordagem antirracista, em contexto de Sul Global, desenvolvida por atores do Sul, e que busca dar protagonismo às relações Sul-Sul. Queremos romper com a tendência institucional dominante da pesquisa acadêmica sobre a história do humanitarismo, que se concentra nas ações e agendas dos agentes e instituições do Norte, simultaneamente negligenciando a capacidade de agência dos atores do Sul (PACITTO e FIDDIAN-QASMIEH, 2013, p. 3).

A metodologia da pesquisa é a etnografia, desenvolvida a partir de trabalho de campo antropológico. Produzimos relatos baseados em experiências distintas. Porém, nós três realizamos observação participante e mantivemos um diário de campo compartilhado. A pesquisa foi conduzida a partir de nossas posições formais como professores do AC no Rio de Janeiro e como aluna no Rio e em São Paulo. Mirian teve a interlocução de professores do AC, Rio de Janeiro e São Paulo e da coordenação administrativa do Rio. De 2016 a 2018 foi aluna de árabe por períodos regulares e, depois, retomou o trabalho de campo, em maio de 2020, quando o curso já operava online. Em julho de 2020, foi aluna do curso intensivo de férias do AC São Paulo. Mohammed começou o seu trabalho de campo em novembro de 2020 no AC, Rio de Janeiro, onde é professor desde 2016. Sylvia começou o seu trabalho de campo em março de 2021, considerando seu lugar como professora no AC do Rio de Janeiro desde março de 2020.

Realizamos entrevistas com dez membros da equipe do AC nas quais abordamos o tema do racismo e de uma educação antirracismo. A partir de março de 2021 iniciamos o registro de nossas experiências descrevendo a abordagem antirracista de professoras e professores do AC.

### **O que é o outro humanitarismo do Abraço Cultural?**

O AC foi criado em 2015, em São Paulo e, em 2016, no Rio de Janeiro. Escolhemos pesquisar o AC porque é um ator do campo humanitário que se diferencia neste campo pelo protagonismo dado à pessoa refugiada e por seu discurso crítico em relação ao racismo, colonialismo e desigualdades de gênero. O AC foi descrito por seus professores como parte do campo humanitário, mas como um outro humanitarismo (PACITTO e FIDDIAN-QASMIEH, 2013).

O curso de idiomas tem como objetivo contribuir para a vida de pessoas refugiadas e migrantes oferecendo formação para professores e trabalho remunerado. O AC forma pessoas que dominam as línguas árabe, espanhol, francês e inglês para se tornarem professores contratados pelo curso. Importante dizer que os professores refugiados são pessoas auto assentadas no Brasil, que não encontraram nenhum tipo de programa especial para o seu acolhimento no país<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Para refugiados reassentados, existiram programas, os quais, a propósito, foram muito criticados nas etnografias de Hamid (2012), com refugiados palestinos, e Navia (2014) com refugiados colombianos.

O campo humanitário brasileiro é marcado por organizações religiosas, como a Cáritas<sup>8</sup>, Missão Paz e Serviço Jesuíta, agências internacionais, como o ACNUR, e organizações de segurança, como a Polícia Federal e o Exército. Organizações religiosas atuam fortemente neste campo com uma linguagem marcada pelo vocabulário da neutralidade, compaixão, solidariedade e filantropia. De forma mais ampla, as organizações humanitárias religiosas têm uma longa história de resposta às pessoas refugiadas e são atores presentes na resposta da comunidade internacional a emergências relativas a refugiados e migrantes (FERRIS, 2005, p. 311). Embora exista enorme diversidade no que chamamos de campo humanitário, predominam organizações baseadas nas linguagens da compaixão e da repressão. As tensões e disputas em torno da militarização dos direitos humanos (Miranda, 2014) e as relações de poder e cooperação entre atores securitários e humanitários (Medeiros, 2020) no Brasil têm sido problematizadas.

Fassin (2019, p. 2) mostra a contradição nos regimes de refugiados entre compaixão e repressão, explorando como esses “dois lados não são mutuamente exclusivos”. Tanto a proteção quanto o controle atuam no sentido de canalizar a agência por meio de mecanismos de tutela (Schicchet, 2017) e vitimização ou criminalização. Mesmo quando os estados reconhecem a necessidade de fornecer um “ambiente seguro e protetor” (Gibney, 2000, p. 690), eles frequentemente baseiam esse direito nas responsabilidades para os refugiados e em mecanismos de controle adicionais (Schicchet, 2017, p. 23). A linguagem da proteção que produz criminalização e imobilidade tem sido problematizada por uma ampla bibliografia (HARRELL-BOND, 2002; TICKTIN, 2008; FASSIN, 2019; SCHIOCCHET, 2017).

Professores do AC o diferenciam das organizações humanitárias situadas entre a compaixão e a repressão e o descrevem como um ator muito distinto, que mobiliza a linguagem humanitária e, ao mesmo tempo, uma gramática de direitos, que problematiza desigualdades sociais e hierarquias de poder. Os nossos dados indicam que o AC é uma organização que promove a politização do refúgio, abordando os conflitos políticos que produzem o exílio dos seus professores (por exemplo, o papel de grandes empresas capitalistas no conflito do Congo é abordado no material didático).

---

<sup>8</sup> O tema do refúgio no Brasil tem sua genealogia relacionada à Igreja Católica, que através da Cáritas, acolheu refugiados políticos da América Latina, em plena ditadura civil-militar no país. Lideranças religiosas católicas negociaram o acolhimento de refugiados com o regime militar e organismos internacionais, como o ACNUR, na década de 1970.

O AC é uma organização (formalmente definida como associação de direito privado sem fins econômicos) cujo objetivo é criar condições para a integração de refugiados, tanto do ponto de vista econômico quanto sociocultural. De acordo com o site institucional do curso, atualmente, 34 professores trabalham no AC no Rio de Janeiro e em São Paulo. 15 mulheres e 19 homens. Os professores e professoras são nacionais do Benin, Camarões, Cuba, Egito, Haiti, Marrocos, Nigéria, Palestina, República Democrática do Congo, Síria, Togo, Venezuela e Uganda. As línguas faladas pela equipe de professores são árabe, bulu, coreano, crioulo haitiano, eno, espanhol, francês, inglês, iorubá, japonês, kikongo, lingala, português, russo e tshiluba. A maioria dos docentes é constituída por congolezes, sírios e venezuelanos. As professoras e professores possuem alto nível de escolaridade e são, via de regra, formados pelo ensino superior. Alguns estão estudando em universidades brasileiras.

O AC oferece cursos de árabe, espanhol, francês e inglês<sup>9</sup>. O material didático é produzido por sua equipe (professores, coordenadores e consultores). As aulas podem ser individuais, mas a maioria é oferecida no formato de cursos regulares semestrais ou intensivos de férias (nos meses de janeiro e julho). As turmas têm o limite de 12 alunos e alunas inscritos e os professores falam a língua de estudo desde o primeiro nível de aprendizado<sup>10</sup>.

Questões sobre migração, política, religião, refúgio, racismo, gênero e sexualidade são exploradas no material didático e na abordagem dos conteúdos no cotidiano das aulas. Os cursos preveem “aulas culturais”, nas quais questões relativas à “bagagem cultural” da professora ou professor são exploradas. No curso de férias (julho de 2020) ministrado por uma professora síria-palestina, tivemos duas aulas culturais. A primeira abordou aspectos do conflito sírio (2011-atual), da *Nakba* (que marca o êxodo palestino de 1948) e a intensificação do processo de colonização da Palestina. A segunda aula mostrou a diversidade cultural da Síria através de sua culinária, realçando a influência de temperos palestinos, armênios e curdos. Ao ensinar a receita de um prato popular de Damascus,

---

9 Em março de 2019, diante da pandemia de COVID 19, o curso passou a funcionar através da plataforma de videoconferência Zoom. Antes disso, os cursos eram oferecidos presencialmente em Pinheiros, na cidade de São Paulo e, na Tijuca e no Largo do Machado, na cidade do Rio de Janeiro. Com o formato online, o curso tem recebido estudantes de diferentes lugares e conseguiu manter o seu quadro de professores.

10 Excetuando-se o curso de árabe, os demais cursos, organizados em módulos, seguem o Quadro Europeu Comum de Referência (QECR), que define 6 níveis de competência: A1 e A2 (níveis elementares), B1 e B2 (níveis independentes) e C1 e C2 (níveis de proficiência).

*Tabakh Roho*, a professora explorou como a culinária tem sido uma ferramenta importante para a memória e resistência de palestinos no exílio.

A maioria das professoras e professores elogiava a forma como sua “bagagem cultural” era explorada pelo AC. Em seus elogios, professores enfatizavam como o AC se diferenciava das demais organizações do campo humanitário também pela forma como usavam a imagem das pessoas refugiadas. De forma crítica, a imagem visual humanitária que os apresentavam como “vítimas que precisam ser salvas” era questionada. Em contraste, celebravam a maneira como o AC utilizava sua imagem. Os professores argumentavam que a sua imagem enquanto pessoa refugiada era vinculada a algo positivo: sua “bagagem cultural”.

“Uma comunicação eficaz depende de elementos que ultrapassam as barreiras linguísticas. Por isso, nas nossas aulas, aproveitamos ao máximo aquilo que os/as nossos/as professores/as têm de mais incrível: a bagagem cultural. Assim, proporcionamos aos/às nossos/as alunos/as uma experiência única, em que outras culturas e novas perspectivas são apresentadas tanto durante as aulas de língua estrangeira, quanto nos encontros que chamamos de “aulas culturais”<sup>11</sup>.

O trecho destacado foi retirado do site institucional do AC. A propaganda e a auto imagem preferida, e também seu diferencial no mercado de cursos privados de idiomas, são os professores refugiados e sua “bagagem cultural”. Nesta imagem os professores não são conformados a um lugar vulnerável, o qual tem sido amplamente questionado na produção acadêmica (HARRELL-BOND, 1986; MALKKI, 1995; PACITTO e FIDDIAN-QASMIEH, 2013; BAUER-AMIN, 2017; SOUZA, 2020; ADI et al, 2021).

A última diferença a ser destacada entre o AC e outras organizações humanitárias refere-se a centralidade dada ao Sul Global. O ensino de línguas no AC tem referências culturais, geográficas e políticas do Sul Global. Textos de escritores, como Yaa Gyasi, Abdellah Taïa e Chimamanda Ngozi Adichie, e músicas de Amaarae, Stromae e Mashrou'Leila fazem parte do seu material de divulgação, das aulas e materiais didáticos do curso<sup>12</sup>. Na aula de inglês, com uma professora de Uganda, os exercícios contêm nomes como Mohammed, Damba e Ifemelu.

11 Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/cursos/metodologia/> Acesso em 20 maio 2021.

12 O AC produz diversos materiais, como os postados no seu blog. Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/blog/> Acesso em 10 set.2021.

Na aula de francês, com um professor marroquino, não se encontram apenas os nomes Simone, Jean Pierre e Marguerite, mas também Alike, Muna e Khadija.

As aulas do AC dão centralidade a atores e questões frequentemente silenciados no ensino de línguas estrangeiras no Brasil. No país, que tem a maior população negra fora do continente africano, materiais didáticos reproduzem uma visão homogênea, etnicamente branca, de línguas coloniais, como inglês e francês. Pesquisadores questionam o silenciamento de corpos negros nos livros didáticos (FERREIRA e CAMARGO, 2013; FERREIRA, 2014; NASCIMENTO, 2019).

Os materiais didáticos são um exemplo da divisão étnica e do racismo velado na escola, muitos livros têm uma postura preconceituosa, machista, classista – em especial os materiais de Inglês, esses são marcados pela ideologia do branqueamento, a qual sobrepõe os brancos em relação aos negros” (FERREIRA e CAMARGO, 2013, p. 180).

A partir de sua pesquisa com professores de inglês na Bahia, Nascimento argumenta que a discussão sobre o “racismo foi usada para empregar uma metodologia mais inclusiva para envolver os estudantes negros. Os resultados apontam um engajamento positivo dos estudantes nas aulas se eles conseguirem ter inclusão de suas próprias identidades no programa” (Nascimento, 2019, p. 208).

Os materiais didáticos produzidos pelo AC contêm textos, mapas, nomes e imagens do Sul. Os materiais, especialmente os livros, vêm dando cada vez mais centralidade a atores do Sul, buscando romper com uma estrutura de representação hegemônica branca do ensino de línguas. O AC busca ensinar idiomas a partir de referências culturais e geopolíticas fora do Norte Global. A proposta de ensino do AC envolve abrir espaços para outras biografias, pessoas, vozes e perspectivas.

## **O que é a abordagem antirracista do AC**

### ***Professor de francês, Slimane***

Eu considero minha aula com uma abordagem antirracista, porque dou visibilidade a pontos de vistas e sensibilidades estéticas que confrontam o racismo e o colonialismo. Faço isso a partir da literatura de autores marroquinos contemporâneos como Mohamed Choukri e Abdellah Taïa. Eles se tornaram es-

critores descrevendo a realidade de suas vidas como pessoas pobres no Marrocos. Pessoas como eu sou. No AC eu posso abordar a língua a partir da história das pessoas do meu país e da minha classe social.

Em *Al-Khubz al-Hafi* (O Pão Nu), Mohamed Choukri (1935-2003) conta sua infância e adolescência no Rif. Ele é de uma família amazigh (minoridade étnica do Norte da África) que se refugiou da pobreza e da fome em Tânger, e sofreu racismo por não ser árabe, francês ou espanhol. “Éramos muitas as crianças a chorar a morte de meu tio. Antes, eu só chorava por ter apanhado de alguém ou perdido alguma coisa. Foi no tempo da grande fome no Rife. Da seca e da guerra (...). Nós vamos emigrar para Tânger (Choukri, 1983, p. 9).

Choukri expõe as transgressões do Marrocos, um país muçulmano, e deu forte ênfase a descoberta de sua sexualidade. O seu livro foi censurado por muitos anos por ser considerado subversivo.

“O pênis me coçava o dia inteiro. Me incomodava. Ficava nervoso e impaciente. Acariciava-o com os dedos para acalmá-lo. Ele se erguia e crescia” (Choukri, 1983, p. 31).

“Passei o dia inteiro perambulando pelas ruas. Os corpos das mulheres me excitavam. Meti-me num banheiro público e me masturbei, pensando na bunda de uma mulher que me impressionara terrivelmente. Naquela noite, descobri que podia dormir no mercado Foundak Chajra. Custava só uma peseta” (CHOUKRI, 1983, p.82-3).

Eu sou professor de francês e tenho consciência de que a burguesia do Marrocos usa o francês para se diferenciar, como uma “máscara branca”. Fanon (2008, p. 33) oferece exemplos de pessoas negras que tentam falar a “língua francesa branca” para que possam parecer superiores a outras pessoas negras. A língua francesa é usada como uma “máscara branca”. Entretanto, a língua francesa não deve ser vista apenas como uma arma colonialista e expressão dos valores burgueses da elite marroquina ou francesa.

Para ensinar francês, eu posso usar *Le Pain Nu*, a tradução francesa de *Al-Khubz al-Hafi*, e textos do também escritor marroquino Abdellah Taia, que escreve em francês. Podemos, portanto, aprender a língua francesa a partir de autores que questionam hierarquias de poder e visões coloniais do mundo. Eu

não preciso usar apenas escritores franceses como Rimbaud e Zola em minhas aulas. Eu posso usar os textos escritos na primeira pessoa e autobiográficos de Taïa, com seus personagens tão complexos quanto os de Flaubert.

Abaixo selecionei um trecho da carta de despedida do marroquino Ahmed para o seu amante francês, Emanuele. Neste trecho, ele tensiona as relações entre colonialismo, racismo e sexualidade. O trecho é parte de uma das cartas do livro de Abdellah Taïa, *Celui qui est digne d'être aimé* (Aquele que é digno de ser amado).

“Você está exagerando, Midou. A França foi embora de Marrocos em 1956. E você mora aqui em Paris, alojado, alimentado, já faz muitos anos agora... Do que está falando? Sou racista para você?”... Tudo entre nós acontece em francês, numa língua que não é a minha, e isso parece normal para você... Deveria me acalmar, voltar à razão. Não brincar de complicar as coisas, não bancar a diva caprichosa” (TAIA, 2018, p.100).

“Você está fascinado pelo Kamal. Estou vendo. Constato. E não chego a ter raiva dele. Ele tem razão de forçar, de te paquerar, de fazer como se eu não existisse na sua vida. Está apostando em uma solidariedade entre mim e ele. Uma solidariedade entre árabes homossexuais, para obter uma vingança pós-colonial. (TAIA, 2018, p. 103)

Os livros de Taïa (2018, 2021) me permitem questionar a ideia de que os gays fogem do mundo muçulmano, da África, e encontram liberdade no Ocidente. Em Paris, cidade na qual vive desde 1998, Taïa pode ser mais livre em termos de sua sexualidade, mas enfrenta muitos desafios como um homem gay do Marrocos, africano, imigrante, árabe e muçulmano. E ele escreve sobre isso. Sobre como é difícil ser colocado nesse lugar pequeno, racializado, de imigrante árabe e muçulmano que precisa ser salvo e, ao mesmo tempo, é criminalizado a cada esquina. Ele também questiona a gratidão que é cobrada aos migrantes.

Taïa tem um texto que produz desconforto. Não quer agradar aos franceses. A “ajuda” humanitária não o transformou em uma vítima agradecida.

A Paris que emerge em *Un Pays Pour Mourir* (Um País Para Morrer, Taïa 2021), é uma cidade de migrantes. Zahira é uma prostituta marroquina. Aziz, que se torna Zanouba, uma transexual da Argélia. Taïa descreve o amor desses imigrantes por Paris, uma Paris, que é racista, mas que também é deles. Abaixo

segue o trecho no qual a prostituta Zahira declara seu amor por Paris, cidade do país no qual quer morrer,

“Eu adoro Paris. É minha cidade. Eu não tenho cidadania francesa, mas ninguém pode me negar este direito. Este pertencimento. Paris é minha cidade, meu reino, meu caminho”. (TAIA, 2021, p.49)

“Isso se tornou minha especialidade. Os homens árabes ou muçulmanos de Paris. A maioria sem documentos. A maioria deles usada por essa cidade que os maltrata sem remorso por patrões franceses brancos que os exploram por debaixo dos panos sem sentir qualquer culpa”. (TAIA, 2021, p.58)

Como marroquino no exílio, devo enaltecer que a grande fonte de inspiração da obra de Taïa vem dos deslocados, dos migrantes pobres e, sobretudo, de sua família e de sua vizinhança. A fonte é o Marrocos e as pessoas muçulmanas e pobres, como sua mãe, seu pai, seus dois irmãos e suas seis irmãs. 11 pessoas que dividiam uma pequena casa pobre do subúrbio de Saleh, Rabat. Os livros de Taïa mostram as emoções de sua família, *jnun*<sup>13</sup>, a pobreza material e a riqueza cultural do Marrocos. Por último, como herdeiro de Choukri, Taïa não esquece as hierarquias de racismo no Marrocos. Em *Un Pays Pour Mourir* (Um país para morrer), Allal, um marroquino negro, pede Zahira em casamento. A mãe dela deu a recusa categórica:

“Vá ao espelho Allal, e olhe para si mesmo. Você vê quem você é. Você vê bem? Entende agora? Zahira nunca será sua. Pelo menos não neste mundo”. (...) “Sou negro. Marroquino e negro. Marroquino, pobre e negro. Vocês, sua família e você, eram marroquinos, pobres, mas não eram negros” (TAIA, 2021, p. 123).

### **Professora de inglês, Aisha**

Eu definitivamente gosto de trabalhar com o TED da Chimamanda Adichie *How to tell a Story* (Como contar uma história), no qual ela problematiza as relações de poder que fazem algumas histórias se tornarem únicas.

---

<sup>13</sup> *Jnun* (sing. Jinn) são seres invisíveis presentes no universo simbólico do islã.

“Então, é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre uma história única sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo *Igbo*, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “*nkali*”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro.” Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “*nkali*”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa” (ADICHIE, 2019, p.20).

A proposta do AC é oferecer outras histórias do Sul Global. Outro dia, uma pessoa da equipe do curso, que produz o material didático do AC, me escreveu pedindo sugestões de nomes do meu país. Eu enviei alguns nomes e, de fato, eles entraram no material didático. Eu acho que isso faz muita diferença e pode ser visto como um esforço de descolonização da produção de conhecimento no campo do ensino de línguas.

Adichie diz que histórias têm sido utilizadas para expropriar, para destruir a dignidade de um povo. Mas ela também diz que as histórias (que não são únicas) também podem ser “usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” (Adichie, 2019, p.31).

A abordagem antirracista está presente nas minhas aulas certamente, mas também no AC de uma maneira mais global ao mostrar no seu cotidiano que pessoas negras também produzem, por exemplo, literatura. Outro trecho do TED de Chimamanda merece destaque,

“devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye eu passei por uma mudança mental em minha percepção da literatura. Eu percebi que pessoas como eu, meninas com a pele da cor de chocolate, cujos

cabelos crespos não poderiam formar rabos-de-cavalo, também poderiam existir na literatura”. (ADICHIE, 2019, p.9-10).

Como nigeriana, e assim como a sua personagem Ifemelu de *Americanah*, Chimamanda Adichie não conhecia a questão racial e o racismo, antes de viver na América, nos Estados Unidos. Ela se viu construída a partir de estereótipos

e descobriu que o problema do estereótipo, como diz no TED, é sua incompletude. Em *Americanah*, Adichie descreve os desafios de Ifemelu na Nigéria e nos Estados Unidos, explorando o seu cotidiano e mostrando as complexidades de suas angústias, desconfortos, prazeres e dúvidas. O texto de *Americanah* não mostra uma história única da sua personagem protagonista, uma jovem nigeriana de classe média vivendo nos Estados Unidos, na era pré-Obama. *Americanah* me permite abordar as relações de trabalho no capitalismo, sexualidade, exílio, racismo, feminismo, moda, mídia e etc.

### **Professora de inglês, Nasiche**

Eu gosto de usar textos da escritora ugandense contemporânea Jennifer Nansubuga Makumbi. Ela mostra as complexidades de Uganda e a diversidade das mulheres. Cresci muito orgulhosa e ansiosa por me tornar uma mulher Ugandense. Não me sinto diminuída pelo patriarcado da minha sociedade. Acho que livros como *Kintu* e *First Woman* mostram a potência e a força das mulheres em uma sociedade fortemente patriarcal. A força das mulheres de Uganda, da minha mãe, irmãs e avós, assim como de todas as mulheres africanas ou da diáspora negra, não pode ser silenciada pelo mito da mulher branca emancipada.

Jennifer Makumbi me permite mostrar a diversidade e a força das mulheres em Uganda.

“Eu pretendia mostrar diferentes pontos fortes e diferentes ideias de consciência do feminismo. A razão para isso é que cresci com mulheres, que agora, olhando para trás, diria que eram feministas, mas elas nunca, jamais se descreveriam como feministas. [Risos] Mas suas ações, do jeito que eram, para mim falam do feminismo”<sup>14</sup>.

Jennifer Makumbi não se esforça para dizer que uma mulher é feminista, porque essa palavra também é estrangeira e até certo ponto não entendemos totalmente o que ela quer dizer. A palavra utilizada para expressar a força das mulheres é *mwenkanonkano*. Em *First Woman*, tia Abi provavelmente é uma feminista, mas ela não se vê como tal. Ela é apenas uma mulher que está certificando-se de que vive sua vida da maneira que lhe cabe. Até a tia-avó Nsangi

<sup>14</sup> Entrevista de Jennifer Makumbi para Jill Owens, publicada em 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.powells.com/post/interviews/powells-interview-jennifer-nansubuga-makumbi-author-of-a-girl-is-a-body-of-water> Acesso em 10 set.2021.

é feminista, mas, como diz Makumbi, “seu tipo de feminismo é ridículo. [Risos] Ela só é feminista quando lhe convém, e ela é opressora quando lhe convém”<sup>15</sup>.

A literatura de mulheres como Jennifer Makumbi me permite explorar o que no Norte se pensa como feminismo. Eu gosto de abordar o trabalho de mulheres que lutam contra as estruturas de opressão de gênero na esfera política, mas também simplesmente enaltecer as mulheres que sobrevivem, cada uma à sua maneira, aos desafios colocados por essas estruturas em seu cotidiano.

Por último, considero que as autoras do chamado Sul Global são muito importantes para o aprendizado, especialmente de minhas alunas. Eu acredito que o engajamento e o interesse diante de certos temas, como feminismo e racismo, têm muito a contribuir para o aprendizado da língua. O feminismo tem sido pensado de forma muito atraente por escritoras africanas e migrantes que escrevem em inglês. Escritoras como Jennifer Makumbi, Chimamanda Adichie, Yaa Gyasi e Monica Ali são mulheres muito interessantes, que desafiam estruturas de poder com a enorme sensibilidade dos seus textos. Trabalhar com essas autoras é desenvolver uma abordagem antirracista, você não acha?

### **Considerações finais**

Resultado do encontro entre pesquisadores do Sul Global (Brasil, Uganda e Marrocos), este texto busca dar visibilidade a abordagem antirracista de professores do AC e seu outro humanitarismo e, ao mesmo tempo, enfatizar a contribuição de *Barracoön* (HURSTON, 2018) para o campo da antropologia da migração forçada. A narrativa de Zora Hurston não reduz Kossula ao papel de “última carga” e de uma mera vítima da migração forçada. Ao contrário, menos ênfase nos traumas e dores da despossessão, escravidão e racismo. *Barracoön* valoriza os eventos cotidianos da existência de Kossula, a reconstrução da sua vida no exílio, sua enorme capacidade de “juntar pedaços e viver no próprio lugar da devastação” (DAS, 2007, p. 8).

Aproximamos Hurston e Das por compartilharem da atenção a uma agência, que emerge na “descida ao cotidiano”. Construimos este texto a partir de uma estrutura narrativa que busca realçar a agência de nossas interlocutoras e interlocutores ao refazerem suas vidas no exílio. A abordagem antirracista que

15 Idem nota 15

desenvolvem no AC mostra uma agência significativa em sua capacidade para superar os obstáculos que enfrentam, como o racismo. Ao dar visibilidade a esta abordagem buscamos contribuir para uma bibliografia que desafia a percepção de que as pessoas refugiadas não atuam em sua própria “ajuda”.

Apresentamos dados que colaboram para a produção crítica sobre a ajuda humanitária (HARRELL-BOND, 1986; MALKKI, 1995; PACITTO e FIDDIAN-QASMIEH, 2013; BAUER-AMIN, 2017; CARPI, 2020; SOUZA e MANFRINATO, 2020). O outro humanitarismo do AC mostra que existem respostas humanitárias fora do Norte e com uma perspectiva antirracista. Os dados indicam que uma organização humanitária pode apresentar outras imagens das pessoas refugiadas, rompendo com a retórica na qual são apenas “corpos que precisam ser salvos”. O AC mobiliza uma linguagem humanitária de solidariedade e compaixão, mas também articula uma gramática de direitos e de justiça social.

A abordagem antirracista do AC soma-se a outras experiências de descolonização do conhecimento (NASCIMENTO, 2019; FERREIRA e CAMARGO, 2013; FERREIRA, 2014). O antirracismo que emerge na abordagem exibida está em diálogo direto com a literatura do Sul Global, que se opõe a uma representação hegemônica branca do mundo. Autores como Abdellah Taïa e Jennifer Makumbi possuem textos que se trabalhados em sala de aula permitem o desenvolvimento de uma perspectiva crítica aos racismos, ao colonialismo, ao humanitarismo, às desigualdades de classe e às hierarquias de gênero. Essa literatura produz bastante desconforto ao confrontar diretamente estruturas de poder ou simplesmente exibir a agência de sujeitos silenciados por “histórias únicas” (ADICHIE, 2019).

## **Bibliografia**

ADI, Ashjan Sadique et al. Para além dos retratos comuns sobre a condição de refúgio e de migração: narrativas de mulheres palestinas sobre seu protagonismo no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 14, p. 219-233, 2021.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAUER-AMIM, Sabine. Resisting the current “refugee” discourse: between victimization and reclaiming agency. In: KOHBACHER, Josef e SCHIOCCHET,

Leonardo. **From Destination to Integration – Afghan, Syrian and Iraqi Refugees in Vienna**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017, p. 127-146.

BILLAUD, Julie e DELAURI, Antonio. Humanitarian Theatre: Normality and the Carnavalesque in Afghanistan. In: DELAURI, Antonio (org.). **The Politics of Humanitarianism**. New York, Tauris, 2016. p. 57-76.

CARPI, Estella. The Borderwork of humanitarianism during Displacement from War-torn Syria. In: BARBAR, Zahra. **Mobility and Forced Displacement in the Middle East**. London: Hurst & Company. p. 33-53, 2020.

CHOUKRI, Mohammed. **O Pão Nu. A descoberta do mundo e do corpo por um menino marroquino**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

FASSIN, Didier. Refugees, Anthropology, and Law. In: CALLAN, Hillary. **The International Encyclopedia of Anthropology**. Oxford: Wiley & Sons, 2019. p. 1-10.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EdUFBA, 2008.

FERREIRA, Aparecida de Jesus, Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.

FERREIRA, Aparecida. de J.; CAMARGO, Mábia. O racismo cordial no livro didático de língua inglesa aprovado pelo PNLD. **Revista da ABPN**, v.6, n.12, nov.2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/182>

FERRIS, Elizabeth. Faith-based and secular humanitarian organizations, **International Review of the Red Cross**, 87(878), p. 311-325, 2005.

HAMID, Sonia C. (Des) Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília. Distrito Federal, 2012.

HARRELL-BOND, Barbara. 'Can humanitarian work with refugees be humane?', **Human Rights Quarterly** 24(1), p. 51–85, 2002.

HERZFELD, Michael. Review. Life and Words: violence and the descent into the ordinary. **Journal of Anthropological Research**. V.65, 1, 2009, p. 171-73

HUSTON, Zora. **Barracoon. The Story of the Last “Black Cargo”**. Amistad, 2018.

MALKKI, Liisa. Refugees and Exile: From ‘Refugee Studies’ to the National Order of Things. **Annual Review of Anthropology**, 24, p. 495-523, 1995.

MALKKI, Liisa. Children, Humanity, and the Infantilization of Peace. In: TICKTIN, Miriam e FELDMAN, Ilana. **In the Name of Humanity: The Government of Threat and Care**. Durham: Duke University Press, 2010. p. 58-85.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil, **Forum Sociológico** [Online], 25, p. 11-22, 2014.

MEDEIROS, Flavia; ANJOS, Priscila. Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. **PONTO URBE**, v. 1, p. 1-17, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. Raça e resistência ao racismo em atividades de língua inglesa no Sul da Bahia. **Revista X**, v. 14, p. 121-137, 2019.

NAVIA, Angela Facundo. Êxodos e refúgios: Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TICKTIN, Miriam. Sexual Violence as the Language of Border Control: Where French Feminist and Anti-immigrant Rhetoric Meet. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 33(4), P. 863–889, 2008.

SCHIOCCHET, Leonardo. Integration and Encounter in Humanitarian Tutelage. In: KOHBACHER, Josef e SCHIOCCHET, Leonardo. **From Destination to Integration – Afghan, Syrian and Iraqi Refugees in Vienna**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017, p. 9-36.

TAIA, Abdellah. **Um país para morrer**. Nós, 2021.

TAIA, Abdellah. **Aquele que é digno de ser amado**. Nós, 2018.

PACITTO, Julia e FIDDIAN-QASMIYEH, Elena. Writing the ‘Other’ into humanitarian discourse: framing theory and practice in South-South humanitarian responses to

forced displacement, **Working Paper Series**, n. 93, 2013. <https://www.refworld.org/docid/55c9f5344.html>

PLANT, Debora G. Afterword and Additional Materials. In: HURSTON, Zora. **Barracoon. The Story of the Last “Black Cargo”**. Amistad, 2018, p. 221-258.

SOUZA, Mirian Alves e MANFRINATO, Helena de Moraes. Refugees of the Syrian conflict and the struggle for housing in Brazil. In: Leonardo Schiocchet, Monika Mokre e Christine Nölle-Karimini (orgs.) **Agency and Tutelage in Forced Migration. Viena**, ROR-n e OAW, 2020. p. 119-125, 2020.

SOUZA, Mirian Alves. Decote e Hijab nas notas da etnografia com mulheres do conflito sírio. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 56, p. 62-85, 2020.

